

Programa de Disciplina 2020-1 – Estudos Continuados Emergenciais (ECE)

CÓDIGO: IH1516 CRÉDITOS: 04 (60 horas)	NOME DA DISCIPLINA: Políticas Públicas para a Agricultura
DIA e HORÁRIO: Atividades síncronas: Quarta-feira - 10h às 12h30 (a plataforma será indicada aos matriculados previamente) (*) outro dia e horário poderão ser combinados desde que não conflitem com a grade Atividades assíncronas: 1h30 por semana em horário escolhido pelos estudantes	
PROFESSOR RESPONSÁVEL: Sergio Pereira Leite	

CATEGORIA	<input type="checkbox"/> Obrigatória Mestrado	<input type="checkbox"/> Obrigatória Doutorado
	<input type="checkbox"/> Fundamental Mestrado	<input type="checkbox"/> Fundamental Doutorado
	<input checked="" type="checkbox"/> Específicas de linha de pesquisa	<input type="checkbox"/> Laboratórios de Pesquisa

OBJETIVO DA DISCIPLINA: A disciplina tem por objetivo apresentar ao aluno diferentes abordagens teóricas sobre a análise e o exercício de políticas públicas em diferentes contextos e países, bem como detalhar conceitual e metodologicamente os processos de formulação, gestão e implementação de programas e mecanismos direcionados ao setor rural.

EMENTA: O curso visa dar o embasamento geral sobre o tema das políticas públicas para a agricultura, ressaltando três aspectos: a) o tratamento dispensado à análise e à avaliação de políticas públicas por diferentes abordagens teórico-metodológicas envolvendo, inclusive, o processo comparativo de experiências internacionais; b) um exame dos procedimentos, mecanismos, instrumentos e metodologias empregados na formulação/análise de políticas públicas no setor rural, à luz das questões anteriores. Na edição desse ano, em particular, será oferecida uma atenção especial aos processos de desmonte das políticas agrárias e as abordagens existentes ao redor da ideia de “policy dismantling”.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (15 aulas): 2 aulas presenciais realizadas e 13 em atividades remotas.

METODOLOGIA DAS AULAS: As aulas (atividades síncronas) serão compostas por uma primeira seção expositiva conduzida pelo professor, seguida de uma seção de debates e discussões na qual os alunos apresentarão textos sugeridos previamente para leitura. O curso poderá contar com a participação de professores convidados, especialistas em determinadas abordagens de políticas públicas. Essas aulas não poderão ser gravadas sem a prévia permissão do professor. Complementarmente o curso contará com atividades assíncronas que os estudantes deverão realizar sob orientação do professor mediante indicação específica e adaptada para cada tópico do programa.

FORMA DE AVALIAÇÃO: Ao longo da disciplina os estudantes serão avaliados em dois momentos previamente indicados pelo professor a partir da elaboração de um curto ensaio de cinco (5) páginas tratando e sistematizando tema e bibliografia correspondente a um determinado bloco de aulas. Os ensaios serão enviados ao professor em data a ser combinada, cada um deles tendo um peso relativo de 4 na média final. Além disso a participação na sala virtual contribuirá com peso 2 na mesma média.

BIBLIOGRAFIA E PROGRAMA: A bibliografia indicada será disponibilizada completamente em formato digital em plataforma a ser indicada previamente pelo professor, desde que não fira os direitos autorais existentes. Os textos de leitura obrigatória serão informados aos estudantes com antecedência.

04/03: Aula 1 – Apresentação do Curso (atividade já realizada).

11/03: Aula 2 – Introdução à análise das políticas públicas. Estado, instituições, atores e políticas públicas. Panorama geral das análises de políticas públicas. (atividade já realizada)

FARIA, C.A.P. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.51, fev., 2003.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, IPEA, n. 21, jun., 2000.

MULLER, P., SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. 2ª. ed. Pelotas: Educat, 2004. (cap. 1 – O que é uma política pública?)

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n.16, p. 20-45, jul./dez., 2006.

19/08: Aula 3 – Políticas públicas, mudança institucional e agricultura. Crises, instituições e a noção de *path dependency*. O neo-institucionalismo histórico e sua contribuição para análise de políticas públicas.

FLEXOR, G. Políticas públicas, atores e regras: uma perspectiva neoinstitucionalista da dinâmica do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n.2, p. 25-45, 2010.

GRISA, C. Diferentes Olhares na Análise de Políticas Públicas: considerações sobre o papel do Estado, das Instituições, das Ideias e dos Atores Sociais. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 4, n. 1. Junho de 2010.

LEONARD, E. Et al. A construção normativa do desenvolvimento sustentável nos contextos de sua tradução em políticas: análise pelas dependências de trajetória no Brasil e no México. **Raízes**, v. 28, n. 1, 2010.

MAHONEY, J.; THELEN, K. **Explaining institutional change: ambiguity, agency and power**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2010. (cap 1).

MAHONEY, J. Path-dependent explanations of regime change: Central America in comparative perspective. **Studies in Comparative International Development**, v.36, n.1, 2001.

PALIER, B., SUREL, Y. Les ‘trois i’ et l’analyse de l’État en action. **Revue Française de Science Politique**. Paris, v.55, n.1, p. 7-32, 2005.

ROCHA, C. E.; SCHNEIDER, F. K. A centralidade das instituições no neoinstitucionalismo: um referencial analítico para o estudo das políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. VIII, n. 16, 2015.

TAYLOR, P., HALL, R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n.58, 2003.

26/08: Aula 4 – Abordagem dos referenciais e dos fóruns e arenas de políticas públicas. A dimensão cognitiva da análise de políticas públicas rurais.

FOUILLEUX, E. Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 19, n.1, abr., 2011.

FOUILLEUX, E. Entre production et institutionnalisation des idées : la réforme de la Politique Agricole Commune. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v.50, n.2, abr., 2000.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2012. (Tese de Doutorado).

MULLER, P. L'analyse cognitive des politiques publiques : vers une sociologie politique de l'action publique. **Revue Française de Science Politique**, 2000, Volume 50, n. 2.

MULLER, P. **Les politiques publiques**. Paris: PUF, 2004. Cap. III.

02/09: Aula 5 – Abordagens antropológicas no estudo de políticas públicas.

PORTO, J.R.S. **Poder e território no Baixo Sul da Bahia: os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Ano de obtenção: 2016

PORTO, J.R.S. Uma analítica do poder para as políticas públicas: Foucault e a contribuição da Anthropology of Public Policy. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRRJ), v. 22, p. 360-385, 2014.

RODRIGUES, L. Etnografia na avaliação de políticas públicas: limites e possibilidades. **Política & Trabalho** (UFPB. IMPRESSO), v. 47, p. 1-15, 2017.

SHORE, C.; WRIGHT, S. & PERÒ, D. **Policy Worlds. Anthropology and the analysis of contemporary power**. New York; Oxford: Bergham Books, 2011 (p. 1 a 26)

SHORE, C.; WRIGHT, S. **Anthropology of Policy: Critical Perspectives on Governance and Policy**. New York; Psychology Press, 1997

SOUZA LIMA, A.C.; CASTRO, J. Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s). **Antropológicas**, 26(2):17-54, 2015.

09/09: Aula 6 – Exposição dos conceitos-chave e a evolução das principais vertentes analíticas do Advocacy Coalition Framework; contribuições e desafios do modelo e suas implicações para o estudo de políticas públicas para a agricultura; panorama das pesquisas com o ACF no Brasil e no exterior.

ACSELRAD, V. **A Economia Política do Agronegócio no Brasil: o legado desenvolvimentista no contexto da democratização com liberalização**. Tese (Doutorado). IESP/UERJ, 2012. (cap. 5).

CAPELARI, M. G.; ARAÚJO, S. M. V.; CALMON, P. C. Advocacy coalition framework: um balanço das pesquisas nacionais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 7, 2015.

SANTOS, F. P. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil**. Tese (Doutorado). EAESP/FGV, 2011. (cap. 5)

SILVA, R. D. **A construção política da adidância agrícola no Brasil**. Tese. CPDA/UFRRJ, 2018. (cap. 2).

VICENTE, V. B.; CALMON, P. C. A análise de políticas públicas na perspectiva do modelo de coalizões de defesa. In: XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2011.

WEIBLE, C. et. al. A quarter century of the advocacy coalition framework: an introduction to the special issue. **The Policy Studies Journal**, v. 39, n. 3, 2011.

WEIBLE, C. M., SABATIER, P.; McQUEEN, K. Themes and variations: taking stock of the Advocacy Coalition Framework. **The Policy Studies Journal**, v. 37, n. 1, 2009.

16.09: Aula 7 – Formulação de políticas públicas, agenda setting e janelas de oportunidades. Múltiplos fluxos na determinação de políticas setoriais.

BAUMGARTNER, F. R.; PEDERSEN, C. G.; JONES, B. D. Comparative Studies of Policy Agendas. *Journal of European Public Policy*, Vol. 13, Nº 07, 2006, pp. 959-974.

BAUMGARTNER, F.; JONES, B. Agenda dynamics and policy subsystems. *The Journal of Politics*. V.53, n.4, 1991.

CAPELLA, A.C.N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 61, 2006.

CAPELLA, A.C.N.; Análise de políticas públicas: da técnica às ideias. *Ideias*, v.6, n.2, p. 13-34, 2015.

CAPELLA, A.C.N.; BRASIL, F. G. A Trajetória dos Estudos sobre a Agenda de Políticas Públicas. *Teoria & Pesquisa*, v. 24, p. 04-17, 2015.

CASADO, D.D. Análise da definição da agenda do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no governo FHC. São Paulo: UNIFESP, 2014 (dissertação de mestrado).

KINGDON, J.W. Como chega a hora de uma ideia? In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006. V. 1. p. 219-225.

23/09: Aula 8 – Políticas públicas, grupos de interesse e processos decisórios. Abordagens centradas no processo de escolha racional e da análise corporativista e sua aplicação ao setor rural.

ALSTON, L. et al. How interest groups with limited resources can influence political outcomes: information control and the landless peasant movement in Brazil. **ICER, Working Paper** n. 15, 2005.

ALSTON, L. et al. **Political institutions, policymaking processes and policy outcomes in Brazil**. Washington: BID, 2006.

HELFAND, S. The political economy of agricultural policy in Brazil: decision making and influence from 1964 to 1992. **Latin American Research Review**, v. 34, n.2, p. 3-41, 1999.

MONSMA, K. Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, 2000.

MOYANO, E. La agricultura entre el nuevo y el viejo corporatismo. In: Giner, S. e Yruela, M.P. (coord). **El corporatismo en España**. Barcelona: Ariel, 1989.

30/09: Aula 9 – As redes de políticas públicas como abordagem da análise de políticas públicas. Redes de políticas em ação no meio rural.

BLANCO, I.; LOWNDES, V.; PRATCHETT, L. Policy Networks and Governance Networks: towards greater conceptual clarity. **Political Studies Review**. 2011.

CAPELLA, A.C.; BRASIL, F.G. Subsistemas, comunidades e redes: articulando ideias e interesses na formulação de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 3, p. 449-474, 2015.

HASSENTEUFEL, P. Do policy networks matter? Lifting descriptif et analyse de l'État en interaction. In : Le Galés, P., Thatcher, M. (dir.) **Les réseaux de politique publique: débat autour des policy networks**. Paris: L'Harmattan, 1995.

MARQUES, E.C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 14, 1999.

ROMANO, J. Redes de política pública na trajetória do setor público agrícola brasileiro. In: Bonnal, P.; Leite, S.P. (orgs.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro:

Mauad, 2011.

07/10: Aula 10 – Análise comparativa e difusão de políticas públicas. A dimensão internacional e suas implicações no estudo de políticas comparadas. *Policy transfer* e as particularidades do setor rural.

ANCELOVICI, M. JENSON, J. La standardisation et les mecanismes du transfert transnational. **Gouvernement et action publique**, n. 1, p. 37-58, 2012.

DOLOWITZ, D., MARSH, D. Learning from abroad: the role of policy transfer in contemporary policy-making. **International Journal of Policy and Administration**, v.13, n.1, 2000.

HASSENTEUFEL, P. De la comparaison internationale à la comparaison transnationale: les déplacements de la construction d'objets comparatifs en matière de politiques publiques. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 55, n.1, p. 113-132, 2005.

MILHORANCE, C. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n.2, p. 5-23, 2013.

NÉGRIER, E. L'analyse comparée des politiques publiques. Méthodes et principes vécus. **Revue Internationale de Politique Comparée**, v.12, n.4, 2005.

SABOURIN, E.; GRISA, C. (orgs.). **A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe**. Porto Alegre: Escritos, 2018.

SCOONES, I.; AMANOR, K.; FAVARETO, A.; GUBO, Q. A new politics of development cooperation? Chinese and Brazilian Engagements in Africa Agriculture. **World Development**, 2016.

SENCEBÉ, Y.; CAZELLA, A. Enjeux et politiques foncières en et au Brésil: regards croisés sur deux histoires contrastées. **6èmes Journées Recherche en Sciences Sociales**, Toulouse, 2012.

14/10: Aula 11 - Arenas e espaços de formulação e tomada de decisões nas políticas públicas. As especificidades do setor rural.

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**. São Paulo, USP, dez., 2001.

AULAGNIER, A.; GOULET, F. Des technologies problématiques et de leurs alternatives. Le cas des pesticides agricoles en France. **Sociologie du travail**, 59(3), 2017.

BOURBLANC, M. Framing Environmental Problems: Problem Entrepreneurs and the Issue of Water Pollution from Agriculture in Brittany, 1970–2005. **Journal of Environmental Policy & Planning**, 16(1):21-35, 2014.

CEFAÏ, D. La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques. **Réseaux**, 14 (75):43-66. 1996.

DELGADO, N., LEITE, S. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: DELGADO, N. G. e LEITE, S. (Coord.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Série desenvolvimento rural sustentável. v.14. Brasília: IICA, 2011.

FAVARETO, A., DEMARCO, D. Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco estados brasileiros. In: Schneider, S., Silva, M.K., Marques, P.E.M. (orgs.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GILBERT, C; HENRY, E. La définition des problèmes publics: entre publicité et discrétion. **Revue Française de Sociologie**, Vol. 53, p. 35-59, 2012.

GUANZIROLI, C., ORTEGA, M., BASCO, C. Regulação ou cooptação? A ação do MAPA através das Câmaras Setoriais e Temáticas da Agricultura entre 2002 e 2006. **XLV Congresso da SOBER. Anais...** Londrina, 2007.

HEREDIA, B.; BARREIRA, I.; BEZERRA, M.; PALMEIRA, M.; CORADINI, O. **Política, governo e**

participação popular: conselhos, orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012.

PIRES, R. (org). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação.** Brasília: Ipea, 2011.v. 7

ZIMMERMANN, S. **A pauta do povo e o povo em pauta: as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional – democracia, participação e decisão política.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2011 (Tese de Doutorado).

21/10: Aula 12 - Arquitetura da destruição: políticas, atores sociais e arenas institucionais no processo de *policy dismantling*. O discurso da austeridade fiscal.

BAUER, M.; JORDAN, A.; GREEN-PEDERSEN, C.; HÉRITIER, A. **Dismantling public policy: preferences, strategies and effects.** Londres: Oxford Univ. Press, 2012. Parte I.

ECKERSLEY, P.; TOBIN, P. The impact of austerity on policy capacity in local government. **Policy & Politics**, v. 47, n. 3, p. 455-472, 2019.

JORDAN, A.; BAUER, M.; GREEN-PEDERSEN, C. Policy dismantling. **Journal of European Public Policy**. 20 (5), p. 795-805, 2013.

JORDANA, J. Multiple crises and policy dismantling in Spain: political strategies and distributive implications. **Political Studies Review**, v. 12, p. 224-238, 2014.

28/10: Aula 13 – Desmantelamento de políticas agrárias no Cone Sul: uma análise comparativa.

LATTUADA, M.; NOGUEIRA, M.E.; URCOLA, M. La gestión del desarrollo rural y la agricultura familiar en Argentina: estilos de gestión y análisis de conyuntura (2004-2014 y 2015-2017). **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 2, n.4. 2017.

PIÑEIRO, D.; CARDEILLAC, J. The Frente Amplio and agrarian policy in Uruguay. **Journal of Agrarian Change**, (17), p. 365-380, 2017.

RIELLA, A.; MASCHERONI, P. **Las políticas públicas y las organizaciones agrarias en el Uruguay progresista.** Montevideo: Ed. Udelar, 2017.

SABOURIN, E.; CRAVIOTTI, C.; MILHORANCE, C. The Dismantling of Family Farming Policies in Brazil and Argentina. **International Review of Public Policy**, v. 2, p. 1-25, 2020.

04/11: Aula 14 – Desmantelamento das políticas agrárias no Brasil: uma aproximação.

MATTEI, L. A política agrária e rural no governo Temer. In: Maluf, R.; Flexor, G.. (Org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjuntura e políticas públicas.** 1ªed.Rio de Janeiro: Epapers Serviços Editoriais, 2017.

MATTOS, L. M. Austeridade fiscal e desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar brasileira. **Análise**, n.39, São Paulo, Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2017.

SABOURIN, E. et al. Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. **Cahiers Agricultures**, 2020 (no prelo).

11/11: Aula 15 - Processos de avaliação de políticas públicas. A avaliação como um momento da implantação de programas governamentais. A política de avaliação de políticas.

BOVENS, M., HART, P., KUIPERS, S. The politics of policy evaluation. In: Moran, M. et al. (eds.). **The Oxford Handbook of public policy**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2006.

COSTA, F.; CASTANHAR, J. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, 37 (5), 2003.

DENTE, B. La politique d'évaluation des politiques publiques. In: Kessler, M-C et al. (dir.) **Evaluation des politiques publiques**. Paris: L'Harmattan, 1997.

FARIA, C.A. A política da avaliação de políticas públicas. **RBCS**, v. 20, n.59, out., 2005.

FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO, A. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**, 1 (3), 1986.

JANUZZI, P. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 36, jan./jul. 2011.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M.. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012.

THOENIG, J-C., A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. **Revista do Serviço Público**, 51 (2), 2000.

TREVISAN, A P; VAN BELLEN, H M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.